

# Data Venia



Ana Maria Campos  
camposanamaria5@gmail.com

## Corregedor Nacional de Justiça vai propor medidas para facilitar e acelerar inventários, partilhas e divórcios

O corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, deixa o cargo em 22 de agosto para assumir a vice-presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas antes pretende propor mudanças em resolução sobre atos em cartórios relacionados a inventário, partilha, divórcio e união estável consensuais por via administrativa. Segue, assim, a tendência mundial de desjudicialização para solucionar conflitos de forma mais rápida e ágil e ainda ajudar a desafogar a Justiça. Entre as medidas a serem propostas estão permitir inventário extrajudicial quando o autor da herança deixar testamento, venda extrajudicial de bem herdado para pagar as custas do inventário (impostos, taxas, emolumentos, honorários advocatícios) e inventário extrajudicial com a presença de herdeiro menor ou incapaz, desde que a partilha seja promovida por fração ideal e com anuência do Ministério Público. Salomão também propõe permitir o divórcio consensual por via extrajudicial mesmo com a presença de filho menor ou incapaz, deixando para a Justiça apenas a regulamentação da convivência familiar. As medidas serão propostas na próxima sessão do CNJ, em 13 de agosto.



Kleber Sales/CB/D.A. Press

## Não é não?

Na pauta do STJ, um caso importante no que diz respeito à violência contra a mulher, no mês em que se comemora 18 anos da Lei Maria da Penha. A Sexta Turma deve retomar um julgamento em que se discute se basta a recusa verbal ao ato sexual para caracterizar o estupro, ou se é necessária uma reação extraordinária da vítima. Neste caso, que tramita em segredo de Justiça, o réu foi condenado em primeiro grau, mas absolvido em segunda instância por inexistência de prova suficiente do crime. Os desembargadores entenderam não haver inequívoca violência e constrangimento, necessários à configuração do crime de estupro, quando a suposta vítima pede para o outro parar, porém sem expressar reação veemente contra o sexo. O relator, ministro Jesuino Rissato, entendeu que uma eventual reforma da decisão do tribunal estadual exigiria a reanálise das provas do processo, o que não é admitido pela Súmula 7. O ministro Sebastião Reis Junior pediu vista.

## Nomeação

O presidente Lula nomeou ontem o ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para o cargo de corregedor nacional de Justiça. Ele vai tomar posse em três de setembro no plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em substituição ao ministro Luis Felipe Salomão. Entre a saída de Salomão e a posse de Campbell, o cargo será exercido interinamente pelo conselheiro Guilherme Caputo Bastos, ministro do Tribunal Superior do Trabalho.



TDF/Divulgação

## Nas mãos de Gonet

Uma decisão do procurador-geral da República, Paulo Gonet, é aguardada com apreensão entre bolsonaristas. O chefe do Ministério Público Federal tem em mãos os inquéritos em que o ex-presidente Jair Bolsonaro foi indiciado pela Polícia Federal, relacionados à fraude no cartão de vacinas e roubo de joias da Presidência. Gonet vai ou não oferecer as denúncias? Eis a questão.



Ed Alves/CB/D.A. Press

## Perda no combate à corrupção

O coordenador-geral de operações especiais do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), João Carlos Coelho, foi surpreendido na semana passada com a demissão. Motivo: perfil inadequado para novas prioridades. Funcionário do Banco do Brasil, João é especialista em inteligência de operações bancárias, uma atribuição especial para detectar evidências de lavagem de dinheiro, com histórica atuação ao longo dos anos em cooperação com as polícias judiciárias na repressão a roubo a bancos e no combate a organizações criminosas. A demissão desagradou policiais civis e federais que atuam no combate à corrupção.



Divulgação

## Cappelli: “Demissão a pedido de quem?”

Nas redes sociais, o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli, reclamou da demissão de João Carlos Coelho do Coaf. “Grave. O Coaf é ligado ao BC e é central no enfrentamento às organizações criminosas. É ele que monitora o caminho do dinheiro. Demitiram João Carlos, coordenador do órgão que colaborava ativamente com a PF. Qual o motivo? A pedido de quem? O Banco Central precisa responder”, registrou Cappelli, ex-braço direito do ministro Flávio Dino no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Divulgação

**“O fato de eu discordar não me impele a tratar com desrespeito a posição das pessoas que pensam de maneira diferente. Assim que é a convivência democrática”**

**Ministro Luis Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)**